

# A história da Sociologia argentina

Carolina Monteiro de Castro Nascimento

Diego Greinert

BLOIS, Juan Pedro. *Medio siglo de la Sociología en la Argentina: ciencia, profesión y política (1957-2007)*. Buenos Aires: Eudeba, 2018. 336 p.

O livro *Medio siglo de la Sociología en la Argentina: ciencia, profesión y política (1957-2007)*, de Juan Pedro Blois, é um aprofundado estudo acerca do processo de consolidação do campo da Sociologia no país e, nesse ínterim, das disputas para a atribuição de sentidos da disciplina. Cabe destacar que esse trabalho reflexivo sobre a história e os projetos originários da Sociologia se insere em uma agenda de pesquisa atual e em constante desenvolvimento: o autor dialoga com produções tanto da Argentina como de diferentes latitudes, trabalhando recursivamente com autores como Fernanda Beigel, Antônio Brasil Junior, Alejandro Blanco, entre outros.

A análise sócio-histórica de Blois inicia-se a partir do primeiro curso de Sociologia na Universidade de Buenos Aires (UBA). Essa abordagem evidencia o papel axial da instituição, tanto para a conformação da disciplina quanto para o surgimento dos demais cursos de Sociologia durante os 50 anos de história considerados. Como Blois (2018) explica, ainda que existam registros das primeiras disciplinas de Sociologia na Argentina desde 1898, nas Faculdades de Direito, é somente a partir da fundação do curso na UBA que a Sociologia desponta enquanto ciência e profissão, em meados da década de 1950.

No primeiro capítulo, “La sociología como ciencia y profesión (1957-1963)”, o autor destaca, dentre os desafios enfrentados nesse processo, a falta de condições materiais, como a dificuldade de se encontrar um espaço físico para o departamento e a ausência de um corpo docente especializado.

A história da consolidação da Sociologia na Argentina é marcada pela disputa de dois projetos epistemológicos que atribuíam sentidos diferentes para a disciplina.

Um deles se vincula a Gino Germani (1911-1979), sociólogo italiano que fundou e consolidou o curso na UBA a partir de 1955. Apesar de europeu, sua influência teórica era estadunidense, aproximando-se da metodologia quantitativa e defendendo o uso de uma “sociologia científica”. O outro projeto está ligado à figura de Alfredo Poviña (1904-1986), docente da Universidade Nacional de Córdoba que, em parceria com Juan Carlos Agulla (1928-2003), tinha uma concepção europeia, focando uma “sociologia de cátedra”, que enfatizava a produção e o uso de teorias e pensamentos sociais.

Configurou-se, assim, de um lado, a “sociologia científica” – que defendia que a produção de conhecimento da realidade argentina deveria incorporar as ideias, agendas e metodologias estrangeiras – e, de outro, a “sociologia de cátedra”, fundamentada em diálogo com as tradições locais de conhecimento. Essa disputa epistemológica culminou em diversas rupturas e clivagens institucionais. Uma delas foi a criação de diferentes organizações representativas: a Sociedade Argentina de Sociologia (SAS) pelo grupo de Poviña, e, em oposição, a Associação Sociológica Argentina (ASA) pelo de Germani.

No capítulo dois, “Críticas internas, descontento de los estudiantes y resurgimiento del marxismo (1963-1966)”, o autor explica que essa disputa se acirrou ainda mais a partir da crise política aprofundada pelo fim do governo peronista no país, período em que novos governos militares e civis buscaram, sem sucesso, uma fórmula legítima de poder. A instabilidade política e social das décadas de 1950 e 1960 engendrou o surgimento de uma “nova esquerda”, instigando o interesse e a politização cada vez maior da juventude argentina e, assim, gerando um ingresso massivo, nos cursos de Sociologia, de alunos que buscavam uma formação política e social. Com o aumento no fluxo de matrículas, novos centros de investigação social foram criados, incluindo universidades privadas.

Nessa toada, Germani passou a enfrentar críticas não somente do grupo de Poviña e da SAS, mas também dos próprios alunos da UBA: críticas essas advindas tanto dos alunos novos quanto dos antigos, que ampliaram suas formações cursando suas pós-graduações em universidades europeias. A fronteira quase sem interseção que havia no curso da UBA entre a sociologia empírica e o pensamento social, ou seja, o projeto construído e defendido por Germani, desagradou aos alunos que, envolvidos no debate marxista e na pauta política, criticavam a corrente sociológica do curso, o estrutural-funcionalismo, pois viam-na como uma teoria comprometida com a manutenção da ordem social e dos privilégios de classe. Assim, esse período foi um momento de ruptura de Germani com seus alunos, que demandavam um curso mais reflexivo e político, baseado no debate anti-imperialista e pós-colonial.

Contudo, em 1966, o General Juan Carlos Onganía (1914-1995) encabeçou um golpe militar, promovendo mais mudanças e descontinuidades no âmbito acadêmico argentino. No capítulo três, “El auge de la sociología y su diversificación (1966-1973)”, Blois afirma ter sido um período marcado por características diversas e heterogêneas, causadas por disputas entre o governo golpista e os estudantes que compunham a nova esquerda. Se, de um lado, o governo de Onganía pautava autoritariamente políticas conservadoras e religiosas, de outro, o alunato marxista

recém-chegado à UBA – balizado principalmente no curso de Sociologia – construía forte oposição e resistência.

Mesmo com resistência, Onganía interferiu na administração da universidade, que teve sua autonomia restringida. Funcionários e professores foram demitidos e as novas contratações passaram a ser feitas por um rigor ideológico. Atividades e cursos foram retirados e descontinuados. A Sociologia que restou se inseriu principalmente nos novos centros de investigação social, financiados pelas fundações estadunidenses Ford e Rockefeller. Assim, os sociólogos que continuaram trabalhando na área passaram a responder à agenda estrangeira, principalmente dos Estados Unidos.

Esse cenário mudou somente com a ascensão de Héctor Cámpora (1909-1980) ao poder em 1973, apoiado por uma juventude peronista interessada em transformações sociais. No quarto capítulo, “Politización, represión y repliegue de la sociología (1973-1983)”, o autor explica como a UBA, a comando do novo reitor Rodolfo Puiggrós (1906-1980), passou por uma miríade de mudanças estruturais e curriculares. Rebatizada como Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires e com um novo projeto educacional, a universidade buscou encerrar a fase na qual grandes corporações estrangeiras tinham poder e influência e passou a ter como objetivo estar a serviço da “libertação nacional” e do “povo”. A maior parte do quadro docente foi alterada: enquanto professores que possuíam identificação com o peronismo foram incorporados ao quadro, os do antigo regime foram retirados.

O curso de Sociologia também passou por uma reformulação em 1974, feita com base na compreensão da necessidade da disciplina em fornecer conhecimento local sobre a realidade argentina coetânea e focada na inserção laboral dos graduados. Essa preocupação com a “utilidade” da disciplina se traduziu na contratação de sociólogos para atuar no governo, o que, conseqüentemente, gerou uma vinculação mais estreita entre o curso e a política. Esse foi um momento de efervescência da Sociologia, no qual se destaca o aumento de 50% do corpo discente no espaço de um ano. Assim, ela ganhou, além de maior espaço e novos adeptos, um novo escopo, o da militância. O ofício do sociólogo estava intimamente ligado ao ofício do político.

Todavia, com a morte do General Juan Domingo Perón (1895-1974), a Argentina observou mais um giro ao conservadorismo e autoritarismo, que teve como característica a desarticulação violenta de qualquer atividade que fosse vista como subversiva à nova ordem social. Nesse ínterim, as universidades sofreram medidas repressivas, como a expulsão de docentes, a inserção de vigias da polícia e das Forças Armadas e a proibição de atividades extracurriculares, entre outras.

A Sociologia teve, mais uma vez, seus sentidos e objetivos alterados. Por ser rotulado como um curso subversivo, foi censurado, perseguido e fechado por vários semestres. Cabe, aqui, traçar um paralelo com o Brasil: Liedke Filho (2005) explica que, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), ao contrário do que se observou na Argentina, houve um expressivo aumento no número de cursos de graduação e pós-graduação em Sociologia, fundados, principalmente, em universidades e centros de pesquisa privados, locais a que o governo não tinha muito acesso – o que revela os distintos percursos possíveis da Sociologia.

Em 1976, o curso de Sociologia da UBA foi reestabelecido. Ainda assim, sua reabertura ocorreu de forma sucateada, visto que ele passou a ser um adendo da Faculdade de Direito e ficou sem receber investimento ou espaço significativos. Os sociólogos já formados também enfrentaram grandes dificuldades: sem espaço para trabalhar no Estado, como costumavam ter, exilaram-se ou dependiam, para sobreviver, de centros de estudos privados que contavam com capital estrangeiro. Nesse contexto, os sociólogos argentinos pararam de trabalhar em prol de estudos nacionais e voltaram a responder à agenda, principalmente, dos Estados Unidos. Assim se configurou a Sociologia argentina até 1984.

Com o processo de redemocratização no pós-1984, as universidades e a Sociologia tiveram seus objetivos reformulados, como o autor relata no capítulo cinco, “La recuperación de la democracia y la reorganización de la carrera de Sociología de la UBA (1984-1990)”. A redemocratização foi guiada pelo preceito de não exclusão: pluralidade era a meta do novo governo. Uma das medidas desse empenho foi a realização de concurso público para docentes, o que objetivava garantir a pluralidade e uma segurança maior na permanência do professor em seu cargo.

O período analisado nesse capítulo se estende até 1990, com a criação da Facultad de Ciencias Sociales, que representa um marco para a estabilização do curso. Os anos anteriores a esse, porém, foram marcados por conflitos, discordâncias e disputas. A socióloga Susana Torrado foi a escolhida para implementar as mudanças necessárias que colocariam o curso de Sociologia de acordo com o novo plano democrático. Torrado via como imprescindível a modificação do quadro docente, trocando todos os professores da época ditatorial. Assim, convocou os sociólogos mais notáveis da época anterior à ditadura que haviam sido exilados ou afastados da universidade. A estratégia de Torrado foi vista como dissonante da política governamental de não exclusão e, com pouco mais de um mês no cargo, ela renunciou.

Após a saída de Torrado, Cristian Gravenhorst assumiu o cargo. Juntamente com uma comissão de assessoria pedagógica, elaborou, sem sucesso, um novo currículo para a Sociologia, construído por meio de duas estratégias: 1) o incentivo à prática de pesquisa; e 2) a promoção de práticas profissionais para além da academia. Seguindo uma concepção estreita sobre o que a Sociologia deveria ser e qual ofício o sociólogo deveria desempenhar, Gravenhorst não escutou o alunato – que via a Sociologia como um curso politizado e um ofício político/acadêmico – e teve seu currículo amplamente recusado.

Não somente o novo currículo mas também os novos professores tiveram que atender a uma expectativa bem definida do corpo discente. Os alunos não se identificavam com professores que se mostravam desconexos da academia politizada. Rechaçavam aqueles que tiveram suas trajetórias alheias à universidade e à resistência política e que se balizaram em empresas privadas. A força política dos alunos acarretou a compreensão da Sociologia como uma carreira, acima de tudo, acadêmica.

Essa concepção só foi transformada a partir da última década do século 20, com a ampliação da inserção profissional dos sociólogos. Blois trabalha com esse

período no último capítulo da obra, “Diferenciación de la sociología y desarrollo de nuevas inserciones profesionales (1990-2007)”. A expansão universitária, que se intensificou na década de 1990, foi um dos fatores que levaram à ampliação e estabilização dos cursos e dos ofícios da Sociologia. A criação de novas universidades descentralizou a Sociologia da UBA e gerou novos espaços e oportunidades para os sociólogos formados e em formação.

A inserção profissional dos sociólogos na Argentina, pós-década de 1990, configurou-se como processo muito diverso daqueles dos períodos anteriores. As possibilidades da profissionalização da Sociologia em setores para além da academia se concretizaram em instituições estatais, em empresas privadas e em organizações não governamentais (ONGs). Com isso, uma nova rede ampla de pesquisadores, pós-graduandos e sociólogos se firmou, dissipando o caráter unicamente academicista da disciplina. Essa lógica é a que ainda permanece atualmente. É interessante notar que, no Brasil, a profissionalização da Sociologia seguiu um caminho muito distinto, uma vez que nunca foi consolidado um modelo de formação profissional, resultando em uma crise na identidade profissional da disciplina (Bonelli, 1993). Assim, consideramos a leitura desse livro indispensável para quem deseja conhecer a pluralidade de experiências das Sociologias latino-americanas e refletir sobre os caminhos que a disciplina pode tomar, dependendo do contexto em que está inserida.

Em suma, a obra de Juan Pedro Blois (2018) se constitui como um minucioso estudo acerca do processo de institucionalização da Sociologia na Argentina. É inovadora ao abordar essa trajetória a partir da história e do desenvolvimento do curso de Sociologia da UBA – o primeiro do país e *locus* central da estruturação do campo na Argentina. O autor discute como a organização, os sentidos e os objetivos da Sociologia, bem como a inserção profissional dos egressos, foram, ao longo das décadas, transformados de acordo com o cenário político nacional e global. Esse caráter pendular da Sociologia analisado ao longo da obra – marcado ora por momentos de maior valorização, ora por grande sucateamento – não é algo exclusivo da realidade argentina, mas próprio da disciplina, como o autor também coloca. Portanto, a leitura pode fomentar uma análise da própria realidade brasileira, servindo como base para um possível estudo comparado entre as Sociologias dos países vizinhos – Brasil e Argentina.

### Referências bibliográficas

---

BONELLI, M. G. As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 31-62, jul./dez. 1993.

LIEDKE FILHO, E. D. A sociologia no Brasil: histórias, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 376-437, jul./dez. 2005.

---

Carolina Monteiro de Castro Nascimento, mestra em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

cah.castro@gmail.com

Diego Greinert, doutorando em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é graduado, especialista e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

diego\_pnd@hotmail.com

Recebido em 24 de fevereiro de 2021

Aprovado em 19 de maio de 2021